



Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Aline Fernandes Pinto
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
fernandes.aline63@yahoo.com.br

Felipe Menezes Nunes
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
felipemn1211@gmail.com

Patrícia de Souza Costa
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
patriciacosta_1@yahoo.com.br

Sirlei Lemes
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
sirlemes@uol.com.br

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi identificar o nível de comparabilidade das escolhas contábeis das empresas brasileiras na evidenciação da DFC, bem como os fatores que poderiam explicar as escolhas identificadas. Foram analisadas as escolhas contábeis relacionadas à evidenciação dos seguintes itens na DFC: juros pagos, juros recebidos, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) recebidos e dividendos e JSCP pagos. Para a realização da pesquisa foi selecionada uma amostra de 56 empresas pertencentes ao Ibovespa no período de 2010 a 2014. O índice de Herfindhal (índice H) foi utilizado para o cálculo do nível de comparabilidade e a regressão logística para identificar variáveis que poderiam afetar a classificação dos itens na DFC. Os resultados sugerem um nível de comparabilidade alto para a classificação dos dividendos e JSCP recebidos e um nível moderado para os juros pagos. Por outro lado, o índice de comparabilidade é baixo para a classificação dos juros pagos, do imposto de renda e contribuição social e dos dividendos e JSCP pagos. Apesar de esse índice ser baixo em 2010, percebe-se um gradativo aumento ao longo do tempo, sugerindo melhoria na qualidade da informação contábil. Além disso, há indícios de que as empresas mais rentáveis, com maiores níveis de endividamento e com fluxos de caixa operacionais negativos fazem escolhas que aumentem os fluxos das atividades operacionais.

Palavras-chave: DFC. Escolhas Contábeis. Comparabilidade. Índice H. IFRS.

1 Introdução

Uma das barreiras ainda enfrentadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), em seu processo de convergência das normas contábeis mundiais é a existência de práticas



alternativas de apresentação, reconhecimento, mensuração e evidenciação. Se por um lado a flexibilidade oriunda das escolhas contábeis permite que as empresas representem com mais fidedignidade seus eventos e transações, por outro impacta a comparabilidade das informações divulgadas pelas empresas.

Com relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), o Pronunciamento CPC 03, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Res. NBC TG n. 03 (R2), permite a classificação de alguns itens em diferentes subgrupos. Essa subjetividade pode conduzir a uma adequação à realidade econômica ou simplesmente pela preferência da empresa, surgindo então a possibilidade da escolha contábil com relação a esses itens. Se a opção do IASB foi pela segregação dos valores pagos ou recebidos pela empresa em operacional, financiamento ou investimento infere-se que essa segregação é importante para a decisão do usuário. Caso contrário, os valores de entrada e saída seriam simplesmente listados, por exemplo, por ordem alfabética ou por relevância do valor, ou ainda deixando a que a empresa adote o modelo que achar mais adequado. Supõe-se, assim que o grupo de fluxos de caixa da atividade operacional deve ter o potencial comparativo entre as empresas para ser útil ao usuário.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 03 (2010), a demonstração dos fluxos de caixa auxilia no aumento da comparabilidade na apresentação do desempenho operacional das empresas, uma vez que diminui os efeitos resultantes do uso de critérios contábeis diferentes para as mesmas transações e eventos. Ainda segundo o CPC 03 R2, uma das principais melhorias que a DFC traz é o aumento da comparabilidade dentre diversas empresas com relação à apresentação do desempenho operacional. Para Macedo et al. (2011), as opções admitidas pelo CPC 03 (2010) dificultam a comparabilidade entre as empresas e facilitam o gerenciamento dos fluxos de caixa, e deste modo, para fins de tomada de decisão, essas práticas podem afetar a relevância da informação contábil.

A convergência do Brasil, em 2010, às Normas Internacionais de Contabilidade, as IFRS (*International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo IASB) foi um marco importante para a contabilidade brasileira. Etapa necessária para que o IASB atinja seu objetivo de tornar as demonstrações contábeis comparáveis é a discussão da extensão das escolhas contábeis ainda presentes em suas Normas. Se por um lado as escolhas contábeis permitem uma representação mais fidedigna dos fatos contábeis por outro se reveste de alto poder discricionário. Dentro do conjunto de escolhas contábeis ainda presentes nas IFRS, destacam-se as possíveis classificações dos itens na evidenciação da DFC. Buscando contribuir com esta discussão, e diante do contexto apresentado, o objetivo desta pesquisa é identificar o nível de comparabilidade das escolhas contábeis das empresas brasileiras na evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como os fatores que poderiam explicar as escolhas identificadas.

Para a realização da pesquisa foi selecionada uma amostra de 56 empresas pertencentes ao Ibovespa no período de 2010 a 2014. Foram analisadas as escolhas contábeis relacionadas à evidenciação dos seguintes itens na DFC: juros pagos, juros recebidos, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) recebidos e dividendos e JSCP pagos. A partir dessa identificação, foi calculado o índice de Herfindhal (índice H) para se determinar o grau de comparabilidade das escolhas feitas pelas empresas da amostra. Por meio de testes estatísticos foi verificado se o tamanho da empresa, o



endividamento, os fluxos de caixa operacionais negativos e a rentabilidade afetam as escolhas das empresas na evidenciação dos itens supramencionados na DFC.

A importância da pesquisa se fundamenta principalmente na necessidade de conhecer as decisões tomadas pelos gestores das empresas brasileiras da amostra com relação à classificação dos itens na DFC e seu respectivo impacto no nível de comparabilidade. Esses resultados podem ser úteis para investidores, gestores, e normatizados analisarem os impactos das escolhas permitidas nos Pronunciamentos Contábeis sobre a evidenciação de itens da DFC. Souza, Silva e Costa (2013) identificaram os fatores que afetam as escolhas contábeis das empresas brasileiras do Ibovespa, no exercício de 2010, na evidenciação dos juros pagos e recebidos e dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e recebidos na Demonstração dos Fluxos de Caixa. Este estudo investiga, além desses itens, a classificação adotada para o pagamento do imposto de renda e o nível de comparabilidade dessas escolhas contábeis. Além disso, o horizonte temporal de estudo é ampliado nesta pesquisa (2010 a 2014) para avaliar a alteração das práticas adotadas ao longo de cinco anos.

Após esta introdução é apresentado o referencial teórico da pesquisa. Na terceira seção são descritos os métodos utilizados para o desenvolvimento do estudo. Na quarta seção são descritos os resultados da pesquisa. As considerações finais da pesquisa são apresentadas na quinta seção.

2 Plataforma Teórica

2.1 Demonstração dos Fluxos de Caixa

De acordo com a IAS 7 (2011) a demonstração dos fluxos de caixa informa os fluxos de caixa durante o período, classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Segundo Ernest e Young (2009), a DFC é importante pelo fato de auxiliar o usuário a identificar o valor da entidade por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros e a capacidade da mesma para criar e circular seu caixa e equivalentes de caixa. O objetivo da DFC é fornecer informações importantes sobre recebimentos e pagamentos de uma empresa, em dinheiro, ocorridos em um determinado período, ajudando na análise da capacidade de geração de caixa e equivalentes de caixa e de suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa. O sentido de caixa nessa demonstração é ampliado, contemplado também depósitos bancários, além dos equivalentes de caixa que são as aplicações financeiras de curto prazo, baixo risco de mudança de valor e alta liquidez (IUDÍCIBUS et al, 2010).

De acordo com o exposto no CPC 03 R2, a DFC deve ser dividida em três grupos: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento. As atividades operacionais são as principais geradoras de receita de uma empresa e, geralmente, são derivadas das operações que definem prejuízos ou lucros da entidade. Atividades de investimento são as que estão relacionadas à venda e compra de ativos de longo prazo e outros investimentos não incorporados nos equivalentes de caixa. Atividades de financiamento são decorrentes das mudanças na composição e no tamanho do patrimônio líquido e no endividamento da empresa.

Conforme o CPC 03 R2 (2010), os fluxos de caixa relacionados aos juros, dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos devem

ser evidenciados separadamente e apresentados de forma consistente como resultante de atividades de investimento, de financiamento ou operacionais. Além disso, o CPC 03 R2 (2010) dispõe que os fluxos de caixa relacionados ao imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, devem ser apresentados separadamente e classificados no grupo operacional. Todavia, se for possível identificá-los com outra atividade (investimento ou financiamento) essa opção de classificação também pode ser adotada. No Quadro 1 são apresentadas as possibilidades de classificação dos itens da DFC dadas pelo CPC 03 R2.

Conforme apresentado no Quadro 1, o CPC 03 R2 (2010) apresenta uma classificação principal e outra alternativa. O Pronunciamento encoraja fortemente as entidades a adotarem a classificação principal para os itens em estudo, porém caso seja praticável pode-se adotar a classificação alternativa, lembrando que neste caso o CPC determina a apresentação de uma nota explicativa evidenciando o fato.

Quadro 1 - Escolhas Contábeis na Evidenciação da DFC

Item	Classificação Principal	Alternativa
Juros Recebidos	Operacional	Investimento
Juros Pagos	Operacional	Financiamento
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Operacional	Investimento/Financiamento
Dividendos Recebidos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	Operacional	Investimento
Dividendos Pagos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	Financiamento	Operacional

Fonte: Elaborado a partir do CPC 03 R2 (2010).

O IASB fez avanços significativos no processo mundial de convergência para suas normas nos últimos quinze anos. Contudo, as possibilidades de escolha na apresentação da DFC ainda é um ponto que merece maior reflexão. O fluxo de caixa das atividades operacionais é um sinalizador importante para a avaliação do desempenho do negócio. Uma etapa importante do processo de avaliação é a comparação com outras companhias. Assim, especificamente quanto à comparabilidade da informação gerada pela DFC, e apesar do conceito subjacente à comparabilidade quanto a coisas diferentes parecerem diferentes, o esforço demandado para se comparar tão variadas classificações tem de ser avaliado. Identificar até que ponto estas possibilidades de classificação têm reflexos no gerenciamento dos fluxos de caixa da empresa fundamenta a presente pesquisa.

2.2 Comparabilidade e as Escolhas Contábeis

De acordo com Niyama e Silva (2011), comparabilidade é a alternativa dos usuários compararem os relatórios contábeis entre empresas diferentes e no decorrer do tempo. Para Barth (2013), comparabilidade é uma característica qualitativa que possibilita que os usuários identifiquem e compreendam as diferenças e semelhanças entre itens. Para essa autora, a comparabilidade deve ter potencial para que coisas iguais pareçam iguais e coisas diferentes pareçam diferentes.

Os esforços do IASB para obter a comparabilidade têm sido exaltados na literatura contábil. Entretanto, muitos autores considerarem que o ideal de comparabilidade do Board não será atingido em função de barreiras relacionadas à tradução, à alteração parcial de suas Normas

por alguns países, por problemas culturais e econômicos (qual o valor justo das terras chinesas?) e pela existência de escolhas intrínsecas, mesmo se as opções claras forem eliminadas (ZHANG; ANDREW, 2010; DUROCHER; GENDRON, 2011; NOBES, 2013).

O CPC 00 (2011) traz como características qualitativas fundamentais a relevância e a representação fidedigna. A comparabilidade é uma das quatro características qualitativas de melhorias além da verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade. Essas características aumentam a eficiência da informação relevante e apresentada confiavelmente.

De acordo com Fields, Lys e Vincent (2001), as escolhas contábeis referem-se a qualquer decisão, na qual o principal objetivo é influenciar os resultados das informações contábeis em geral, possibilitando, deste modo, haver escolhas das práticas contábeis quanto aos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação.

Para Cole, Branson e Breesch (2011), existem nas *International Financial Reporting Standards* (IFRS) três grupos de escolhas: 1) as claras; 2) as disfarçadas e de critérios vagos; e 3) de estimativas e julgamentos. As escolhas claras ou *over options* contemplam os casos de opção de classificação dos juros recebidos como fluxo de caixa operacional ou fluxo de caixa de investimentos na DFC, a opção pela apresentação da DFC pelo método direto ou indireto e a opção pela classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no fluxo de caixa de financiamento ou fluxo de caixa operacional. As disfarçadas e de critérios vagos ou *cover options* contemplam os casos de determinação da moeda funcional com base em vários critérios, a indicação de perdas com imparidade com base em critérios distintos e, no caso de provisões e passivos contingentes, o reconhecimento com base em uma probabilidade de perda. O terceiro grupo se refere a estimativas, por exemplo, de vida útil, taxa de depreciação e valor recuperável do ativo.

Silva, Martins e Lima (2014) tiveram por objetivo averiguar as escolhas contábeis feitas por companhias brasileiras na evidenciação da DFC e os fatores que poderiam explicar tais escolhas. A amostra foi formada por 107 empresas listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa no ano de 2010. Os resultados demonstraram que não houve comprovação da utilização de escolhas contábeis para gerenciar fluxos de caixa no Brasil no período e amostra analisados.

Souza, Silva e Costa (2013) verificaram se as escolhas contábeis no reconhecimento e na mensuração presentes no CPC 04 (Ativos Intangíveis) têm permitido a comparabilidade do ativo intangível das companhias abertas. A amostra da pesquisa foi composta por entidades pertencentes ao setor de petróleo e gás e energia elétrica do Brasil, nos anos de 2010 a 2012. Para medir o grau de comparabilidade das escolhas contábeis foi utilizado o Índice de Herfindhal (Índice H). Os resultados encontrados indicaram que, em relação ao ativo intangível, as demonstrações contábeis demonstram um grau de comparabilidade médio e com propensão a reduzir com o passar dos anos.

Lemes, Costa e Martins (2014) identificaram o comportamento da comparabilidade no reconhecimento do ativo imobilizado, antes, durante e após a convergência às IFRS. A amostra foi composta por 63 companhias abertas brasileiras, pertencentes ao índice Ibovespa em 2014. A análise foi realizada com base no índice Herfindahl (índice H). Os resultados demonstraram um baixo índice de comparabilidade entre as escolhas das empresas no reconhecimento inicial e subsequente do ativo imobilizado.

Assim, observa-se que apesar dos esforços do IASB, a existência de escolhas contábeis em suas normas ainda compromete de forma significativa os níveis de comparabilidade, quando investigadas as escolhas contábeis de tópicos específicos.

3 Desenho da Pesquisa

A presente pesquisa é de caráter descritivo, com abordagem quantitativa. A amostra da pesquisa foi composta pelas empresas listadas no índice Ibovespa no período de 2010 a 2014, exceto aquelas que estavam incluídas no setor financeiro ou de seguros. Essa exclusão se fundamentou na distinta classificação dos juros dessas empresas em relação à dos demais setores. Assim a amostra válida do estudo foi de 56 empresas. As demonstrações financeiras das empresas foram obtidas no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na coleta de dados foram analisadas as escolhas apresentadas no Quadro 1 (referencial teórico). Adicionalmente, considerou-se a opção ‘não menciona’ quando a empresa possuía o item avaliado no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado ou nas Notas Explicativas, porém o mesmo não estava identificável na DFC. No instrumento de coleta de dados também se considerou a opção ‘não se aplica’, quando, para a prática avaliada, não foi encontrada nenhuma menção na DFC ou nas notas explicativas. Na opção mista foram agrupadas as empresas que escolheram mais de uma classificação para a mesma prática contábil, não sendo permitido pela nomenclatura utilizada ou pelas notas divulgadas pela companhia uma única classificação.

Para o cálculo do nível de comparabilidade foi utilizado o Índice de Herfindahl (Índice H). O Índice H é um índice de acumulação que é calculado a partir da frequência relativa da comparação entre alternativas com elas mesmas (TAS, 1988). A escolha desse índice deu-se pelo fato de, na presente pesquisa, terem sido levantadas cinco possibilidades de escolhas contábeis envolvendo a DFC, o que tornou o índice aplicável. A partir de então, os dados coletados das demonstrações financeiras foram comparados entre todas as empresas da amostra para medir o grau de comparabilidade. A fórmula do Índice H de Van Der Tas (TAS, 1988) é apresentada conforme a Equação 1:

$$H = \sum_{i=1}^n pi^2 \quad (\text{Eq. 1})$$

Onde H é o índice Herfindahl, n é o número de métodos contábeis alternativos e pi é a frequência relativa do método contábil i . O índice H varia entre 0 (nenhuma harmonia, com um número infinito de métodos alternativos, todos com a mesma frequência) e 1 (todas as companhias usando a mesmo método) (TAS, 1988).

Com todos os elementos introduzidos na fórmula do Índice H , o valor gerado seria aquele que representaria o nível de comparabilidade entre as práticas avaliadas. Conforme afirma Lemes, Costa e Martins (2014) inferir se o nível de comparabilidade é alto, moderado ou baixo, exige um julgamento por parte do pesquisador. Taplin (2011) aponta a dificuldade de avaliar os índices de harmonia pela falta de benchmark, mas que estas críticas se estendem a todos os índices e sumários estatísticos. O autor cita o caso do tradicional benchmark de 0.05 para o p -value que é aceito por convenção, mas não é universalmente aceito como apropriado em todas as áreas. No Quadro 2 são apresentados alguns limites para o índice de comparabilidade.

Quadro 2 - Grau de Comparabilidade

Estudo	Alto/ Considerável	Moderado/ Algum	Baixo/ Pouco
Ali, Ahmed e Henry (2006)	Índice >0,8	0,6 < Índice < 0,8	Índice <0,6
Parker e Morris (2001)	Índice >0,9	0,75 < Índice < 0,9	Índice <0,75

Fonte: Taplin (2011) apud Lemes, Costa e Martins (2014)

A análise do grau de comparabilidade das escolhas contábeis na DFC foi realizada por meio da classificação de Ali, Ahmed e Henry (2006), também adotado por Taplin (2011).

Para identificar os fatores que podem afetar as escolhas contábeis na evidenciação na DFC, foram testadas as cinco hipóteses elencadas por Silva, Martins e Lima (2014):

H₁- Empresas listadas no Índice Ibovespa com níveis mais altos de endividamento têm propensão a fazer escolhas que aumentem os fluxos de caixa operacionais.

H₂- Empresas listadas no Índice Ibovespa com maiores índices de rentabilidade têm propensão a fazer escolhas que aumentem os fluxos de caixa operacionais.

H₃- Empresas listadas no Índice Ibovespa com fluxos de caixa operacionais negativos têm propensão a fazer escolhas que aumentem os fluxos de caixa operacionais.

H₄- Empresas listadas no Índice Ibovespa e maiores têm propensão a fazer escolhas que aumentem os fluxos de caixa operacionais.

H₅- Empresas listadas no Índice Ibovespa que apresentam mais oportunidades de crescimento tem propensão a fazer escolhas que aumentem os fluxos de caixa operacionais.

As análises estatísticas envolveram o teste de diferenças de médias para duas amostras independentes (Teste de Levene e Teste t) e a correlação de Pearson. A regressão logística foi utilizada para testar as hipóteses da pesquisa. O modelo utilizado nesta pesquisa foi especificado por Silva, Martins e Lima (2014), com base nas pesquisas de Lee (2012), Gordon et al (2013) e Baik et al (2013), conforme exposto na Equação 2.

$$CLAS = \beta_0 + \beta_1 TAM + \beta_2 END + \beta_3 ROE + \beta_4 NOPC + \beta_5 BP + \varepsilon \quad (\text{Eq. 2})$$

A variável CLAS representa a classificação dos itens na DFC, sendo 0 para representar a escolha pela classificação nos fluxos de caixa das atividades operacionais e 1 para outra classificação seja em outro fluxo, mista ou não mencionado; TAM representa o tamanho da empresa, medido pelo logaritmo do Ativo Total em reais; END é o endividamento, medido pela relação entre Passivo Total e Capital Total; ROE simboliza o retorno sobre o Patrimônio Líquido, medido pelo Lucro Líquido dividido pelo Patrimônio Líquido; NOPC é o fluxo de caixa operacional negativo, *dummy* 1 se a empresa apresenta fluxo de caixa operacional negativo e 0 caso contrário; BP (*book-to-price*) é a relação preço-livro, calculado preço de mercado da ação dividido pelo valor patrimonial da ação.

Espera-se que empresas maiores, com fluxo de caixa operacional negativo, mais endividadas, mais lucrativas e com mais oportunidades de crescimento tendem a escolher classificações que aumentem os fluxos de caixa operacionais. Assim, a expectativa é que empresas com essas características prefiram classificar os juros e os dividendos pagos nas atividades de financiamento e não nas atividades operacionais e, ainda, prefiram classificar os juros e dividendos recebidos nas atividades operacionais e não nas atividades de investimento.

Além disso, espera-se que essas empresas prefiram classificar o pagamento do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido nas atividades de financiamento ou investimento e não nas atividades operacionais.

4 Análise dos Dados

A Tabela 1 apresenta as escolhas das companhias abertas da amostra na classificação dos itens da DFC. A maioria das empresas da amostra (50 empresas, ou seja, 89,3%) não mencionou nas notas explicativas ou na própria DFC a classificação dos juros recebidos no ano de 2010. Este comportamento se repetiu em todos os anos em estudo.

Tabela 1 - Escolhas de Classificação na DFC

Itens	Classificação					Total
	O	I	F	NM	M	
2010						
Juros Recebidos	5	1	0	50	0	56
Juros Pagos	32	0	6	16	1	55
IRC	31	0	0	19	1	51
Dividendos e JSCP Recebidos	12	14	1	5	0	32
Dividendos e JSCP Pagos	1	1	47	2	1	52
2011						
Juros Recebidos	6	1	0	49	0	56
Juros Pagos	32	0	10	12	1	55
IRC	35	0	0	15	1	51
Dividendos e JSCP Recebidos	12	17	0	6	0	35
Dividendos e JSCP Pagos	0	1	49	1	1	52
2012						
Juros Recebidos	5	2	0	49	0	56
Juros Pagos	33	1	12	9	0	55
IRC	34	0	0	16	1	51
Dividendos e JSCP Recebidos	13	23	0	4	0	40
Dividendos e JSCP Pagos	0	0	48	2	1	51
2013						
Juros Recebidos	4	2	0	50	0	56
Juros Pagos	34	1	12	8	0	55
IRC	36	0	0	13	2	51
Dividendos e JSCP Recebidos	17	23	0	4	0	44
Dividendos e JSCP Pagos	0	0	50	1	0	51
2014						
Juros Recebidos	5	1	0	49	0	55
Juros Pagos	35	0	8	12	0	55
IRC	40	0	0	8	0	48
Dividendos e JSCP Recebidos	12	21	0	1	0	34
Dividendos e JSCP Pagos	0	0	44	1	0	45
Geral						
Juros Recebidos	25	7	----	247	----	279
Juros Pagos	166	2	48	57	2	275
IRC	176	----	----	71	5	252
Dividendos e JSCP Recebidos	66	98	1	20	----	185
Dividendos e JSCP Pagos	1	2	238	7	3	251



Observações: IRC = Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; JSCP = Juros sobre o Capital Próprio; O = Operacional; I = Investimentos; F = Financiamentos; NM = Não Menciona; M = Mista.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com relação aos juros pagos, grande parte das companhias pertencentes ao índice Ibovespa optou pela classificação dos mesmos nas atividades operacionais (32 empresas - 58%). Este resultado difere do encontrado por Silva, Martins e Lima (2014), onde a maior parte das empresas integrantes do Novo Mercado (54%) classifica os juros pagos no fluxo de caixa de financiamento.

A opção de classificação do imposto de renda e contribuição social também se manteve durante todo o período analisado no fluxo de caixa operacional, seguindo as recomendações do CPC 03 R2 (2013). A maior parcela das companhias optou por classificar os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos no fluxo de caixa de investimentos contrariando as recomendações do CPC 03 R2 (2010) de classificação dos mesmos no fluxo de caixa das atividades operacionais. Com relação aos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos, nota-se que os mesmos foram classificados, na maior parte das demonstrações analisadas, no fluxo de caixa das atividades de financiamento, resultado que coincide com aqueles encontrados por Silva, Martins e Lima (2014).

A partir das escolhas contábeis apresentadas na Tabela 1, foi possível realizar o cálculo do Índice H (Equação 1) que aponta o grau de comparabilidade das escolhas de classificação da DFC, conforme apresentado na Tabela 2.

Com relação aos juros recebidos, o índice de comparabilidade no ano de 2010 foi de 0,805. O nível de comparabilidade para essa escolha é alto, porém, esse índice é decorrente da não evidenciação dos juros recebidos na DFC. Para os anos de 2011 e 2012, o índice de comparabilidade é considerado moderado, de 0,777 e 0,775 respectivamente, devido ao fato de algumas empresas mudarem a classificação dos juros recebidos para o fluxo de caixa operacional no ano de 2011 e para fluxo de caixa de investimentos no ano de 2012. Nos anos de 2013 e 2014, o nível de comparabilidade para os juros recebidos voltou a ser alto (0,804 e 0,802, respectivamente), o que pode ser explicado pelo fato de as companhias terem optado pela não evidenciação dos mesmos na DFC. Esse comportamento pode representar uma redução na qualidade da informação apresentada nas demonstrações contábeis.

No que diz respeito aos juros pagos, o nível de comparabilidade verificado durante todos os anos em análise foi baixo (0,435, 0,420, 0,435, 0,451 e 0,474, respectivamente). A maioria das empresas classifica os juros pagos no fluxo das atividades operacionais, porém a classificação é dispersa. Quanto ao imposto de renda e contribuição social, o índice de comparabilidade também se manteve baixo durante os anos de 2010 a 2013, apresentando os valores de 0,509, 0,558, 0,543 e 0,565, respectivamente. Para o ano de 2014, o nível de comparabilidade aumentou para 0,722, passando para o nível de moderado. A maioria das empresas classificou esse item na atividade operacional.

Para os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos se observa que o nível de comparabilidade se manteve baixo durante todo o período analisado. Os valores do Índice H para essa opção foram de 0,357, 0,383, 0,446, 0,431 e 0,507, respectivamente. Uma possível explicação para esse baixo nível de comparabilidade seria a escolha das companhias pela classificação heterogênea dos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos. Ou seja, as escolhas foram bem divididas com quase metade das empresas escolhendo uma ou a outra opção.

Com relação aos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos nota-se que o nível de comparabilidade foi alto para todos os anos em estudo (0,820, 0,889, 0,888, 0,962 e 0,957, respectivamente). Infere-se que este alto índice de comparabilidade se manteve pela opção das companhias de classificar os dividendos e juros sobre o capital pagos na atividade de financiamento, atendendo a recomendação do CPC 03 R2.

Tabela 2 - Nível de Comparabilidade calculado conforme o Índice H

EC	2010			2011			2012			2013			2014			IGC			
	Q	FR	IH	Q	FR	IH													
JR																			
O	5	0,089		6	0,107		5	0,089		4	0,071		5	0,091		25	0,090		
I	1	0,018		1	0,018		2	0,036		2	0,036		1	0,018		7	0,025		
F	0	0,000	0,805	0	0,000	0,777	0	0,000	0,775	0	0,000	0,804	0	0,000	0,802	0	0,000	0,792	
NM	50	0,893		49	0,875		49	0,875		50	0,893		49	0,891		247	0,885		
M	0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		
T	56	1,000		55	1,000		279	1,000											
JP																			
O	32	0,582		32	0,582		33	0,600		34	0,618		35	0,636		166	0,604		
I	0	0,000		0	0,000		1	0,018		1	0,018		0	0,000		2	0,007		
F	6	0,109	0,435	10	0,182	0,420	12	0,218	0,435	12	0,218	0,451	8	0,145	0,474	48	0,175	0,438	
NM	16	0,291		12	0,218		9	0,164		8	0,145		12	0,218		57	0,207		
M	1	0,018		1	0,018		0	0,000		0	0,000		0	0,000		2	0,007		
T	55	1,000		275	1,000														
IRC																			
O	31	0,608		35	0,686		34	0,667		36	0,706		40	0,833		176	0,698		
I	0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		
F	0	0,000	0,509	0	0,000	0,558	0	0,000	0,543	0	0,000	0,565	0	0,000	0,722	0	0,000	0,568	
NM	19	0,373		15	0,294		16	0,314		13	0,255		8	0,167		71	0,282		
M	1	0,020		1	0,020		1	0,020		2	0,039		0	0,000		5	0,020		
T	51	1,000		48	1,000		252	1,000											
DJR																			
O	12	0,375		12	0,343		13	0,325		17	0,386		12	0,353		66	0,357		
I	14	0,438		17	0,486		23	0,575		23	0,523		21	0,618		98	0,530		
F	1	0,031	0,357	0	0,000	0,383	0	0,000	0,446	0	0,000	0,431	0	0,000	0,507	1	0,005	0,420	
NM	5	0,156		6	0,171		4	0,100		4	0,091		1	0,029		20	0,108		
M	0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		
T	32	1,000		35	1,000		40	1,000		44	1,000		34	1,000		185	1,000		
DJP																			
O	1	0,019		0	0,000		0	0,000		0	0,000		0	0,000		1	0,004		
I	1	0,019		1	0,019		0	0,000		0	0,000		0	0,000		2	0,008		
F	47	0,904	0,820	49	0,942	0,889	48	0,941	0,888	50	0,980	0,962	44	0,978	0,957	238	0,948	0,900	
NM	2	0,038		1	0,019		2	0,039		1	0,020		1	0,022		7	0,028		
M	1	0,019		1	0,019		1	0,020		0	0,000		0	0,000		3	0,012		
T	52	1,000		52	1,000		51	1,000		51	1,000		45	1,000		251	1,000		
IGC			0,585			0,605			0,617			0,642			0,692				0,624

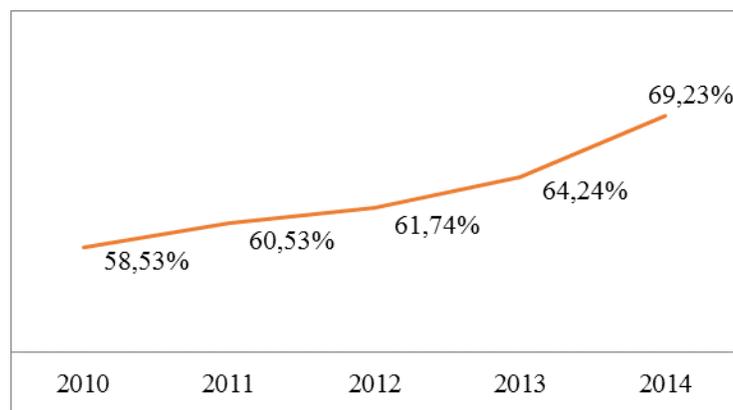
Observações: EC= Escolhas Contábeis; QE= Quantidade de Empresas; FR= Frequência Relativa; IH = Índice H; JR= Juros Recebidos; JP = Juros Pagos; IRC = Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido; DJR= Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Recebidos; DJP= Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio Pagos; IGC =Índice Geral de Comparabilidade na DFC; O = Operacional; I = Investimentos; F = Financiamentos; NM = Não Menciona; M= Mista; T = Total de Empresas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Percebe-se na Tabela 2 que, de maneira geral, considerando o horizonte temporal de estudo, o nível de comparabilidade foi alto para dividendos e juros sobre o capital próprio pagos (90%), moderado para os juros recebidos (em torno de 80%) e baixo para os juros pagos (em torno de 40%), para o imposto de renda e contribuição social (em torno de 60%) e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos (em torno de 40%).

Ao se analisar o período de 2010 a 2014, observa-se que o nível de comparabilidade para o ano de 2010 foi baixo em relação aos demais, atingindo cerca de 58%. Para os anos seguintes, percebe-se um gradativo aumento no índice de comparabilidade, que passou a ser moderado com uma variação de 60% a 69% conforme apresentado no Gráfico 1. Este resultado pode indicar uma tendência na melhoria da comparabilidade no decorrer do tempo, reflexo de maior experiência das empresas brasileiras com as IFRS.

Gráfico 1 – Índice Geral de Comparabilidade na DFC por ano



Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 3 - Estatística Descritiva (por grupo)

CLAS	Juros Recebidos			Juros Pagos			IRC			Dividendos e JSCP Recebidos			Dividendos e JSCP Pagos			
	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	N	M	DP	
TAM	0	25	16,7	1,2	166	16,5	1,1	176	16,6	0,9	66	17,0	0,8	1	----	----
	1	254	16,5	1,1	109	16,4	1,1	76	16,6	1,3	119	16,6	1,2	250	16,6	1,1
END	0	25	0,8	1,0	166	0,6	0,4	176	0,6	0,4	66	0,7	0,6	1	----	----
	1	254	0,6	0,2	109	0,6	0,2	76	0,6	0,1	119	0,5	0,1	250	0,6	0,3
ROE	0	25	27,6	49,0	166	15,6	30,3	176	14,7	29,9	66	9,4	20,4	1	----	----
	1	254	10,9	24,0	109	7,8	22,0	76	13,3	20,6	119	19,0	30,5	250	14,8	26,3
BP	0	25	4,7	5,4	166	2,2	12,7	176	2,2	12,3	66	2,3	2,1	1	----	----
	1	254	2,3	10,6	109	3,2	4,6	76	3,4	5,2	119	3,7	5,6	250	2,6	10,7

Observações: CLAS = Classificação; IRC = Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; JSCP = Juros sobre o Capital Próprio; TAM = Tamanho; END = Endividamento; ROE= Retorno sobre o Patrimônio Líquido; BP = oportunidades de crescimento; N = Número de Observações; M = Média; DP = Desvio Padrão.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na Tabela 3 é apresentada a estatística descritiva para as variáveis que compõem o modelo de estudo especificado na Equação 2.

A Tabela 4 ilustra o teste de diferença de médias das variáveis para o grupo de empresas que classificou os itens no fluxo de caixa operacional e o grupo que classificou esses itens em outro fluxo, de forma mista ou que não mencionou o item.

De acordo com os testes apresentados na Tabela 4, tem-se que o endividamento (END) e a rentabilidade (ROE) podem determinar a escolha de classificação dos juros recebidos na DFC, ao nível de confiança de 95%. O tamanho (TAM), a rentabilidade (ROE) e o fluxo de caixa das atividades operacionais negativo (NOPC) podem determinar a escolha de classificação dos juros pagos na DFC. As oportunidades de crescimento (BP) e o fluxo de caixa das atividades operacionais negativo (NOPC) podem afetar a escolha de classificação do imposto de renda e contribuição social. Enquanto o tamanho (TAM), a rentabilidade (ROE) e as oportunidades de crescimento (BP) podem afetar a classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos.

Tabela 4 - Diferença de médias para duas amostras independentes

CLAS		Juros Recebidos			Juros Pagos			IRC			Dividendos e JSCP Recebidos		
		t	df	Sig.	t	df	Sig.	t	df	Sig.	t	df	Sig.
TAM	V1	1,51	276	0,22	6,77	272	0,01	2,40	172	0,12	7,15	172	0,00
	V2	0,88	276	0,34	6,75	272	0,01	1,36	172	0,24	6,48	172	0,01
END	V1	55,01	172	0,00	0,80	172	0,37	0,59	172	0,44	2,49	172	0,11
	V2	16,68	172	0,00	0,77	172	0,38	0,48	172	0,48	1,96	172	0,16
ROE	V1	55,28	172	0,00	3,50	172	0,06	0,08	172	0,77	8,36	172	0,00
	V2	21,49	172	0,00	2,49	172	0,11	0,09	172	0,75	3,17	172	0,07
BP	V1	5,88	5,884	5,88	2,49	169	0,11	9,65	169	0,00	26,80	169	0,00
	V2	4,46	4,467	4,46	0,34	169	0,56	2,07	169	0,15	4,92	169	0,02
NOPC	V1	. ^b	----	----	5,19	172	0,02	19,58	172	0,00	2,61	172	0,10
	V2	----	----	----	1,20	172	0,27	5,24	172	0,02	0,62	172	0,43

Observações: CLAS= Classificação; IRC = Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; JSCP = Juros sobre o Capital Próprio; TAM = Tamanho; END = Endividamento; ROE= Retorno sobre o Patrimônio Líquido; BP = oportunidades de crescimento; NOPC = Fluxo de Caixa Operacional Negativo; V1 = Variâncias iguais assumidas; V2 = Variâncias iguais não assumidas;

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 5 ilustra a Correlação de Pearson. Percebe-se que a correlação significativa, ao nível de 1% de confiança, entre as variáveis ROE, END e a escolha de classificação dos juros recebidos na DFC reforçam a ideia de que a rentabilidade e o endividamento podem afetar essa escolha contábil.

Tabela 5 – Correlação de Pearson

		JR	JP	IRC	DJR	TAM	END	ROE	NOCP	BP
JR	CP	1								
	Sig. (2ex)									
JP	CP	,178*	1							
	Sig. (2ex)	,020								
IRC	CP	,152*	,563**	1						
	Sig. (2ex)	,047	,000							
DJR	CP	,060	,176*	,222**	1					
	Sig. (2ex)	,433	,022	,003						
TAM	CP	-,100	-,008	-,053	-,221**	1				
	Sig. (2ex)	,195	,921	,494	,004					
END	CP	-,303**	-,057	-,029	-,173*	,059	1			
	Sig. (2ex)	,000	,460	,707	,024	,442				
ROE	CP	-,271**	-,058	-,027	,158*	-,279**	,086	1		
	Sig. (2ex)	,000	,452	,727	,039	,000	,264			
NOCP	CP	,093	-,080	,181*	,061	-,249**	,010	-,189*	1	
	Sig. (2ex)	,228	,298	,018	,429	,001	,899	,013		
BP	CP	-,153*	,043	,097	,148	-,365**	,177*	,753**	-,094	1
	Sig. (2ex)	,045	,574	,205	,054	,000	,020	,000	,220	

Observações: JR = Juros Recebidos; JP = Juros Pagos; IRC = Imposto de Renda e Contribuição Social; DJR = Dividendos Recebidos; TAM = Tamanho; END = Endividamento; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; NOCP = Fluxo de Caixa Operacional Negativo; BP = Oportunidades de Crescimento.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 6 são apresentados os resultados das regressões logísticas. Os resultados do Painel A, quando a variável dependente são as escolhas contábeis relacionadas aos juros recebidos, sugerem que a rentabilidade da empresa (ROE), ao nível de 95% de confiança, afeta a escolha de classificação dos juros recebidos na DFC. Especificamente, os resultados sugerem que as empresas com menor rentabilidade (menor ROE) escolhem não classificar os juros recebidos no fluxo de caixa das operações, o que leva a não rejeição da H2. Ou seja, essas empresas fazem escolhas que aumentem o fluxo de caixa das atividades operacionais.

No Painel B, considerando as escolhas de classificação na DFC relacionadas aos juros pagos como variável dependente, tem-se que a rentabilidade da empresa (ROE) e o *book-to-price* (BP), ao nível de 95% de confiança, afetam a escolha de classificação dos juros pagos na DFC. Há indícios de que as empresas listadas no Ibovespa com mais oportunidades de crescimento e com menor rentabilidade, optam por não classificar os juros pagos na atividade operacional, o que conduz a não rejeição da H2 e rejeição da H5, contrariando os resultados encontrados por Silva, Martins e Lima (2014).

Com relação à variável dependente as escolhas relacionadas à classificação do imposto de renda e contribuição social (IRC), os resultados sugerem que quando o fluxo de caixa das operações apresenta valor negativo (NOCP), as empresas componentes da amostra tendem a não registrar esse item no fluxo de caixa das atividades operacionais (PAINEL C), o que conduz a não rejeição da H3.

De acordo com os resultados apresentados no Painel D, considerando as escolhas de classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) recebidos como variável dependente na regressão logística, observa-se que o endividamento (END), ao nível de 95% de confiança, pode afetar a escolha de classificação desse item na DFC, para as empresas componentes da amostra desta pesquisa. Há indícios de que empresas com menor endividamento optam por não classificar os dividendos e os JSCP recebidos na atividade operacional, o que leva a aceitação da H1.

Tabela 6 - Regressões Logísticas

Variáveis	PAINEL A - Juros Recebidos				PAINEL B - Juros Pagos			
	Beta	Erro Padrão	Wald	Sig	Beta	Erro Padrão	Wald	Sig
TAM	-0,22	0,22	0,98	0,32	0,04	0,14	0,08	0,78
END	-0,85	0,70	1,47	0,23	-0,46	0,65	0,51	0,48
ROE	-0,03	0,01	5,08	0,02	-0,02	0,01	7,26	0,01
NOCP (1)	-18,42	6417,65	0,00	1,00	-0,19	0,39	0,23	0,63
BP	0,07	0,08	0,66	0,42	0,10	0,05	4,18	0,04
Constante	25,17	6417,65	0,00	1,00	-0,72	2,21	0,11	0,75
N	264	----	----	----	260	----	----	----
R ² Cox & Snell	0,07	----	----	----	0,04	----	----	----
R ² Nagelkerke	0,17	----	----	----	0,05	----	----	----
Qui-quadrado (sig)	10,67	----	----	0,22	18,47	----	----	0,20

	PAINEL C - IRC				PAINEL D - Dividendos e JSCP Recebidos			
	Beta	Erro Padrão	Wald	Sig	Beta	Erro Padrão	Wald	Sig
TAM	0,08	0,14	0,32	0,57	-0,28	0,17	2,87	0,09
END	-0,19	0,49	0,16	0,69	-5,84	1,49	15,28	0,00
ROE	-0,01	0,01	0,91	0,34	0,00	0,01	0,06	0,81
NOCP (1)	-0,96	0,43	4,97	0,03	-0,01	0,54	0,00	0,99
BP	0,06	0,05	1,98	0,16	0,13	0,07	3,35	0,07
Constante	-1,33	2,31	0,33	0,57	8,54	2,97	8,26	0,00
N	248	----	----	----	186	----	----	----
R ² Cox & Snell	0,03	----	----	----	0,15	----	----	----
R ² Nagelkerke	0,04	----	----	----	0,20	----	----	----
Qui-quadrado (sig)	10,98	----	----	0,20	5,63	----	----	0,69

Observações: TAM = Tamanho; END = Endividamento; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; NOCP (1) = Fluxo de Caixa Operacional Negativo; BP = Oportunidades de Crescimento; N = Número de Observações.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na Tabela 7 é apresentado um resumo das hipóteses rejeitadas e não rejeitadas na pesquisa a partir dos resultados das regressões logísticas apresentados na Tabela 6.

Tabela 7 - Resumo dos Resultados quanto às hipóteses

Variável dependente	Hipóteses Rejeitadas	Hipóteses Não Rejeitadas
JR	H1 - END; H3 - NOCP; H4 - TAM e H5 - BP	H2 - ROE
JP	H1 - END; H3 - NOCP; H4 - TAM e H5 - BP	H2 - ROE
IRC	H1 - END; H2 - ROE; H4 - TAM e H5 - BP	H3 - NOCP
DJR	H2 - ROE; H3 - NOCP; H4 - TAM e H5 - BP	H1 - END

Observação: JR = Juros Recebidos; JP = Juros Pagos; IRC = Imposto de Renda e Contribuição Social; DJR = Dividendos Recebidos; TAM = Tamanho; END = Endividamento; ROE = Retorno sobre o Patrimônio Líquido; NOCP = Fluxo de Caixa Operacional Negativo; BP = Oportunidades de Crescimento.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Dessa forma, os resultados sugerem que a rentabilidade das companhias abertas brasileira pertencentes ao índice Ibovespa afeta a escolha de classificação dos juros recebidos e dos juros pagos na DFC. Os resultados também apontam que a apresentação de fluxos de caixa operacionais negativos e maiores níveis de endividamento podem afetar a escolha de classificação, respectivamente, do imposto de renda e contribuição social e dos dividendos e JSCP recebidos, na DFC.

5 Considerações Finais

O objetivo desta pesquisa foi identificar o nível de comparabilidade das escolhas contábeis das empresas brasileiras na evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e os fatores que poderiam explicar tais escolhas. Foram analisadas as escolhas contábeis relacionadas à evidenciação dos seguintes itens na DFC: juros pagos, juros recebidos, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio pagos. O índice de Herfindhal (índice H) foi utilizado para o cálculo do nível de comparabilidade. A regressão logística foi utilizada para identificar variáveis que poderiam afetar a classificação das escolhas contábeis na DFC das empresas da amostra.

Os resultados sugerem um nível de comparabilidade alto (0,900 para o período de 2012 a 2014) para a classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio (JSCP) pagos na DFC. Para os juros pagos, o nível de comparabilidade é moderado (0,792) para o horizonte temporal de estudo. Por outro lado, o índice de comparabilidade é baixo para a classificação das escolhas na DFC relacionadas com os juros pagos, o imposto de renda e contribuição social e os dividendos e JSCP recebidos (0,438, 0,568 e 0,420, respectivamente).

Apesar do índice de comparabilidade de classificação das escolhas contábeis ser baixo em 2010 (0,585), percebe-se um gradativo aumento nesse índice ao longo do tempo (0,692 em 2014, ou seja, moderado), o que pode sugerir uma melhoria na qualidade das informações reportadas pelas companhias abertas brasileiras pertencentes ao índice Ibovespa, bem como uma migração para escolhas similares, com menor dispersão entre as classificações evidenciadas na DFC.

No que se refere às análises quantitativas, os resultados sugerem que a rentabilidade das companhias abertas brasileiras pertencentes ao índice Ibovespa afeta a classificação dos juros recebidos e dos juros pagos na DFC. Também se verificou que a apresentação de fluxos de caixa operacionais negativos e maiores níveis de endividamento podem afetar a classificação do



imposto de renda e contribuição social e dos dividendos e JSCP recebidos, respectivamente. Há indícios de que as empresas mais rentáveis, com maiores níveis de endividamento e com fluxos de caixa operacionais negativos fazem escolhas que aumentem os fluxos de caixa operacionais.

Destaca-se que a principal limitação da pesquisa é a amostra reduzida e consequente quantidade diminuta de escolhas contábeis, o que implica em cautela na generalização dos resultados. Por exemplo, a maioria das empresas não menciona nas demonstrações contábeis a escolha de classificação utilizada para classificação dos juros recebidos na DFC (vide Tabela 1) o que pode enviesar os resultados. Contudo, essa limitação não invalida os resultados da pesquisa, uma vez que os resultados das regressões logísticas apresentam indícios de variáveis que podem afetar as escolhas de classificação de itens na DFC. Adicionalmente, Taplin (2003) aponta que o viés na estimativa da população com base no índice calculado para a amostra é negligenciável e que o índice baseado na amostra é, em média, próximo do índice da população. Sugere-se para pesquisas futuras expandir a amostra de empresas desta pesquisa, bem como identificar outras variáveis que podem afetar a classificação das escolhas contábeis na DFC.

Referências

ALI, M. J.; ASHMED, K.; HENRI, D. Harmonization of accounting measurement practices in South Asia. **Advances in International Accounting**, v. 19, p. 25-58, 2006.

BAIK, B. CHO, H.; CHOI, W.; LEE, K. Who Classify Interest Payments as Financing Activities? An Analysis of Classification Shifting in the Statement of Cash Flows at the Adoption of IFRS. **Working Paper**, 2013.

BARTH, E. M. Global Comparability in Financial Reporting: What, Why, How, and When?. **China Journal of Accounting Studies**, v. 1, p. 2-12, 2013.

BOND, D.; BUGEJA, M.; CZERNKOWSKI, R. Did Australian Firms Choose to Switch to Reporting Operating Cash Flows Using the Indirect Method? **Australian Accounting Review**, v. 22, p. 18-24, 2012.

CAIRNS, C., MASSOUDI, D., TAPLIN, R., TARCA, A. IFRS Fair Value measurement and accounting policy choice in the United Kingdom and Australia. **The British Accounting Review**.v. 43, p. 1-21, 2010.

COLE, V.; BRANSON, J.; BREESCH, D. **Determinants influencing the de facto comparability of European IFRS financial statements**, 1 de dezembro de 2011. Disponível em:<http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1967001>. Acesso em:27 abr. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NCB TG 03: Demonstração dos Fluxos de Caixa**. R2. 2010. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001296>. Acesso em: 27 abr. 2015.



CPC 00 R1- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - **Pronunciamento Técnico CPC 00 R1**: Pronunciamento Conceitual Básico, 2 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

CPC 03 R2- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - **Pronunciamento Técnico CPC 03 R1**: Demonstração dos Fluxos de Caixa, 3 de setembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2014.

DUROCHER S.; GENDRON, Y. IFRS: on the docility of sophisticated users in preserving the ideal of comparability. **European Accounting Review**, v. 20, n. 2, p. 233–262, 2011.

FIELDS, T. D.; LYS, T. Z.; VINCENT, L. Empirical research on accounting choice. **Journal of Accounting and Economics**, v. 31, p. 255-307, 2001.

IAS 7 – **International Accounting Standards n. 7**. IN: International Accounting Standards. IASB: Londres, 2011.

GORDON, E. A.; HENRY, E.; JORGENSEN, B. N.; LINTHICUM, C. L. Flexibility in Cash Flow Reporting Classification Choices under IFRS. **Working Paper**, 2013.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, C.. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2010.

LEE, L. F. Incentives to Inflate Reported Cash from Operations Using Classification and Timing. **The Accounting Review**, v. 87, n. 1, p. 1-33, 2012.

LEMES, S.; COSTA, P. DE S.; MARTINS, V. A. Efeito na Comparabilidade das Escolhas Contábeis de Empresas Brasileiras no Reconhecimento de Imobilizado. In: 38º Encontro da ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: RJ, 2014.

MACEDO, M. A. DA S.; Machado M. A. V.; Murcia F. D. R.; Machado M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value relevance. **Revista Contabilidade & Finanças**, Natal, v. 22, n. 57, p. 299-318, dez. 2011.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

NOBES, C. The continued survival of international differences under IFRS. **Accounting and Business Research**. v. 43, n. 2, p. 83–111, 2013.

SILVA, D. M. DA; MARTINS, V. A.; LIMA, F. Escolhas Contábeis na Evidenciação da Demonstração dos Fluxos de Caixa. In: 38º Encontro da ANPAD. 2014. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: RJ, 2014.



SOUZA, F. Ê. A. DE; SILVA, M. H. DA; COSTA, P. DE S.. A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação de Ativos Intangíveis de Companhias Abertas Brasileiras. In: Seminários em Administração, SemeAd. 2013. São Paulo. **Anais...**São Paulo: SP, 2013.

TAPLIN, H. R. The Measurement of Comparability in Accounting Research. **Abacus**, v. 47, n. 3, p.383-409, set. 2011.

TAPLIN, H. R. Harmony, Statistical Inference with the Herfindahl H Index and C Index. **ABACUS**, v. 39, n. 2, p. 82-94, 2003.

TAS, L. G. VAN DER Measurement harmonization of financial reporting practice. **Accounting and Business Research**. v. 18, p. 157-169, 1988.

TUDOR, A. T.; DRAGU, I. M. Impact of International Financial Reporting Standards on Accounting Practices Harmonization within European Union – Particular Case of Intangible Assets. **Annales Universitatis Apulensis Series O economica**, 12(1), p. 191-206.

ZHANG, Y.; ANDREW, J. Land in China: Re-considering comparability in financial reporting. **AABFJ**. v. 4, n. 1, p 53-75, 2010.